



Número: **0000581-91.2016.8.15.0541**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Pocinhos**

Última distribuição : **11/07/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILMA DA SILVA (AUTOR)		EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22806509	18/07/2019 10:15	<a href="#">[VOL 1][Petição Inicial]</a>	Petição Inicial
22806510	18/07/2019 10:15	<a href="#">[VOL 2][Petição Inicial]</a>	Autos digitalizados
24216578	07/09/2019 15:04	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
30146655	25/04/2020 00:54	<a href="#">Petição</a>	Petição
30146656	25/04/2020 00:54	<a href="#">INTERESSE NO FEITO- JUNTADA DE SUBS.</a>	Outros Documentos
30285290	05/05/2020 06:28	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

-02-  
9

**SARAIVA & ASSOCIADOS**

AVENIDA FLORIANO PEIXOTO, Nº 4510 – BAIRRO MALVINAS – CEP 58.432.809.

PRÓXIMO AO HOSPITAL DE TRAUMA-

CAMPINA GRANDE – PB – FONES: 83 – 3342-2704;

83- 9.9829-8855 –

E-mail: balbinoscg@hotmail.com

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA COMARCA  
DE POCINHOS - PB.**

RECEBIDO HOJE  
06/07/16  
Juiz de Direito



GILMA DA SILVA, brasileiro (a), casada, ensino fundamental incompleto, inscrito (a) no CPF sob nº 039.937.084-66, podendo ser intimado (a) no (a) Rua Sílvia Cajueiro, s/n, Área Rural, Pocinhos, Paraíba, CEP: 58.150-000, por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço acima em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex<sup>a</sup>, propor o presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.**

Contra: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO**  
**OPVAT S/A**, inscrita no CNPJ de nº 09.748.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Av. Treze de Maio, Condomínio Edifício Darke – 2º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-902, expondo e requerendo ao final o seguinte:

**Ab Initio**

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preconiza a Lei de nº 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º caput. Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios

SARAIVA & ASSOCIADOS - L.O.



-03-  
9

econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso à Justiça.

#### - P R E L I M I N A R M E N T E

O termo inicial de prescrição é a data da efetiva ciência, pelo segurador, da angústia de pagamento do seguro pelo Segurado, por falta de ação hábil, visto que a sua postulação jurídica é protegida e, conseqüentemente, o interesse de agir, somente surge após a ciência da resposta desfavorável aos seus interesses.

Tal matéria é sumulada pelo STJ, através da Súmula 229:

**"O PEDIDO DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO À SEGURADORA SUSPENDE O PRAZO DE PRESCRIÇÃO ATÉ QUE O SEGURADO TENHA CIÊNCIA DA DECISÃO".**

No caso em tela, até a presente data a seguradora promovida não informou a posição do processo, sendo que, deveria proceder com transparência, se não for tomada uma posição com certeza se eternizara a inércia da requerida.

Sendo assim, não perdeu tempo e veio bater às portas do judiciário em busca de perceber o que é seu, por direito.

#### 1. SINOPSE DOS FATOS:

Afirma a declarante que no dia **12/11/2014**, por volta das **19h13**, trafegava com a motocicleta **HONDA/NXR 150 BROS ES**, ano/modelo **2008**, cor **vermelha**, placa **MNQ0511/PB**, chassi **9C2KDC33C8R031338**, em nome de **GIVANICE RODRIGUES LITO**, em destino a uma padaria quando, na Rua José M. Leão, em São José da Mata, foi surpreendido por um cachorro que passou em sua frente e a obrigou a fazer uma manobra inesperada, perdendo, então, o controle do veículo. Informa que em razão de tal manobra, caiu ao solo, sofrendo **FRATURA NO ANTEBRAÇO DIREITO E POLITRAUMA**, informa que foi socorrida por populares e encaminhada ao Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, sendo submetido às intervenções médicas, devido ao sinistro, conforme prova a Certidão de Ocorrência Policial e Boletim de Atendimento Médico, em anexo.

Devido ao fato do sinistro em tela, ocorrer de acidente de trânsito requereu a indenização na via administrativa conforme registro de sinistro sob o nº **3150/756342**, em anexo, sendo que, a seguradora, negou o pagamento da indenização conforme documentos em anexo.

O fato é que não foram demonstrados os motivos da negativa a parte não tem acesso ao processo administrativo, os



dados, critérios meios da avaliação do processo os meios pelo qual, chegou a seguradora ré a negar o pagamento da indenização. Inexiste transparência, meios lícitos, que possa aquilatar a posição da autarquia.

Outro fato preponderante é que não existe qualquer esfera recursal que possibilite ao beneficiário, recorrer, administrativamente da decisão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

**A SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT,** responsável pelo pagamento das indenizações, emerge no mercado como se fosse suprema, obedece apenas ao CNSP (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), SUSEP, sendo que, geralmente utiliza-se de parâmetros absolutamente nefastos onde se faz necessário a interferência do Poder Judiciário, para fazer valer a Lei.

Acontece que o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe uma norma que regula os valores da indenização estas devem ser respeitadas. A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente. A Demandada, ainda se recusa a reconhecer a documentação, pelo fato da Circular infra citada, negar o pagamento do DPVAT, nos casos em que o beneficiário não apresentar o DUT, do veículo causador do sinistro devidamente quitado.

O art. 33, inciso IV, alínea "a", da Lei n.º 11.945/2009 estatuiu, expressamente, como início de vigência da disposição supra a dia 15 de dezembro de 2008. Portanto, para os acidentes de ocorrência anterior à data de vigência da Medida Provisória n.º 340/2008 (29/12/2008) aplica-se a primitiva redação da Lei n.º 6.194/1974 onde vinculava o valor da indenização ao salário mínimo, passando-se, após esse prazo limpar, a adotar os novos parâmetros delineados pela citada medida provisória e ratificados pela Lei n.º 11.482/2007. Destarte, deve às seguradoras conveniadas obedecerem a Tabela, firmada no art. 31, II da Lei n.º 11.945/2009, não sendo lícito, a autarquia ré, pagar o valor que entende de forma unilateral, pois as periciais são patrocinadas pela requerida não ocorrendo qualquer fiscalização, das instituições em especial do Ministério Público, ou, Polícia Judiciária, quanto aos critérios de pagamento as vítima de acidente de trânsito em nosso país.

## 2. DO DIREITO

A Lei n. 8.841, de 13 de julho de 1992, estabelece disciplina e regulamentou o seguro DPVAT, em nosso país, preceitua dentre vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário a seguradora terá 15 (quinze) dias para pagar o seguro aos que dela fazem "jus".



5  
9

Quanto ao Direito à percepção do seguro a Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º preceitua que:

"O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". Grifo nosso.

No mesmo curso:

"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores e prazos nos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem no seguro objeto desta lei." (Grifo Nosso)

O Art. 333 do Código de Processo Civil determina que:

"O ônus da prova incumbe:

1 - (.....)

I "I- ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor."

O cidadão comum encontra-se a margem diante das várias alterações sofridas pela Lei n.º 6.194/74, através da Medida Provisória n.º 340/2006, transformada na Lei 11.482/2007, que além de colocar os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras, em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.

As modificações ainda atingiram as ações contra as seguradoras tratando-se do prazo prescricional, foi reduzido de 20 (vinte) para 03 (três) anos, ferindo direitos adquiridos, visto que, a norma atingiu de morte o art. 177 do Código Civil de 1916, retirando, esmagando, extirpando, o direito do cidadão no que se refere a percepção a indenização, numa clara demonstração que as seguradoras foram as únicas beneficiárias, com as novas regras impostas.

#### 4. DA JURISPRUDÊNCIA

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, tem entendimento consolidado em idêntico pedido:

"(AC nº 2012.018378-9, AC nº 2013.002870-9 e AC nº 2012.013210-8, de Relatoria do Des. Amílcar Maia, 1ª Câmara Cível, j. 30/01/2014; AC nº 2013.018028-1,



Rel. Des. Expedito Ferreira, 1ª Câmara Cível, j. 19/12/2013; AC nº 2013.013182-4, Rel. Des. João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 28/01/2014; AC nº 2012.017060-3, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 05/11/2013).

Já o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento sumulado, por meio do Enunciado nº 474, de que a indenização deve ser paga de acordo com o grau da debilidade sofrida. Vejamos: "Súmula 474/STJ:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

## 5. DO REQUERIMENTO

Pelo Exposto, requer a V.Ex.ª., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 5.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), referente ao DPVAT, requerendo ainda o seguinte:

1. Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
2. Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, a autora desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse em auto composição, visto que, em demandas similares inexiste qualquer proposta por parte da Seguradora Líder;
3. Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o rito especial imposto a lide, tenha início a instrução e julgamento;
4. Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de Prova Pericial, no sentido de quantificar o grau de lesão;
5. Pugna o autor pela produção de prova pericial e requer juntada do processo administrativo liquidado pela seguradora;
6. Como no caso em tela o deslinde trata-se apenas na confecção da prova pericial, seja nomeado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova retro citada, nos termos do art. 31.II da Lei nº 11.945/2009;



02  
9


7. Com fundamento no Art. 221, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);
8. Requer a produção de prova pericial cujos requisitos seguem ao pé desta;
9. Seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente a honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;
10. Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei.

Dar-se á presente o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande, PB, em 21/06/2016.

  
Emmanuel Saraiya Ferreira  
OAB/PB - 16.928.



102  
9

## QUESTOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3) DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQUÊLAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5) Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
(Assinatura - carimbo - CRM)



20/06/2016

Documento sem título

## DETALHES DO PROCESSO

Código Interno: 49595  
Número Sinistro: 3150/756342  
Categoria: 09 - Moto  
Data Sinistro: 12/11/2014  
Seguradora: -X-  
Situação:  
Filial: MM Reguladora

Garantia: 02 - Ipa / Invalidez  
Data Recepção: 25/08/2015  
Consultor:  
Data Rateio: 00/00/0000  
Protocolo:

## VÍTIMAS

Vítima: GILMA DA SILVA  
CPF: 039.937.084-66  
Endereço: SÍTIO CAJUEIRO, 0 - ZONA RURAL - POCINHOS - PB  
Ep: 58.150-000  
Telefone:

Estado: PB  
Nascimento: 23/09/1975

## HISTÓRICO

Data	Situação	Doc Pendente
27/08/2015	Doc Pendente	
Descrição	Após nova análise processual, informamos que para continuidade da regulação, faz-se necessário apresentar: - Declaração do proprietário do veículo original com reconhecimento de firma por verdadeiro ou autenticidade do mesmo; - Circular Susep 445/12 para intermediário do processo; - Documentos de identificação do intermediário; - Comprovante de residência do intermediário	
Data	Situação	Doc Pendente
28/09/2015	Doc Pendente	
Descrição	Recebemos o envio do complemento, entretanto, ainda se faz necessário apresentar: * Declaração do Proprietário do Veículo, assinada pelo proprietário com firma reconhecida por VERDADEIRO, de acordo com a nova determinação da Seguradora Líder, conforme o COMUNICADO MASTER 01/04/2015.	
Data	Situação	Doc Pendente
16/11/2015	Doc Pendente	
Descrição	Recebemos o envio do complemento, entretanto, ainda se faz necessário apresentar: - *Declaração assinada pelo proprietário da motocicleta, com firma reconhecida por autenticidade, informando que vítima conduzia a motocicleta do declarante no dia do acidente.	
Data	Situação	Cancelado
24/05/2016	Cancelado	
Descrição	Sinistro Cancelado pela Seguradora Líder por inatividade.	

## BENEFICIÁRIOS / PAGAMENTOS

Beneficiário: GILMA DA SILVA  
CPF/CNPJ: 039.937.084-66  
Data Pagamento: 00/00/0000  
Agência: 0041  
Banco: 104 - Caixa Econômica Federal  
Valor Indenização: 0,00  
Estornado: Nao

Data Rateio: 00/00/0000  
Conta Corrente: 498420-5  
Tipo Conta: Poupança

## CORRETORA

Código: 1  
Nome: BALBINOS - CAMPINA GRANDE/PB  
Responsável: WAMBERTO  
Endereço: aV. FLORIANO PEIXOTO 4510 - 4519

37/mmreguladora/clientes/index\_menu.php

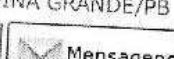
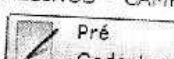
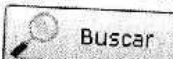
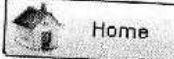


20/06/2016

... MM Reguladora ...



Bem vindo : BALBINOS - CAMPINA GRANDE/PB



Data	16/11/2015	Situação	Doc Pendente
Descrição	Recebemos o envio do complemento, entretanto, ainda se faz necess pelo proprietário da motocicleta, com firma reconhecida por autentic motocicleta do declarante no dia do acidente.		
Data	24/05/2016	Situação	Cancelado
Descrição	Sinistro Cancelado pela Seguradora Líder por inatividade.		

#### BENEFICIÁRIOS / PAGAMENTOS

Beneficiário	GILMA DA SILVA		
CPF/CNPJ	039.937.084-66		
Data Pagamento	00/00/0000	Data Rateio	00/00/0000
Agência	0041	Conta Corrente	498420-5
Banco	104 - Caixa Economica Federal	Tipo Conta	Poupança
Valor Indenização	0,00		
tornado	Nao		

#### CORRETORA

Código	1
Nome	BALBINOS - CAMPINA GRANDE/PB
Responsável	WAMBERTO
Endereço	av. FLORIANO PEIXOTO 4510 - 4519
Telefone	(83) 3342-2704
E-mail	BALBINOSCG@HOTMAIL.COM

#### PROCURADOR

Procurador		
C		
CNPJ		
Data Nascimento		
Data da Procuração		
Nome do Médico	UF da Ofic. Procuração	
CRM do Médico	UF CRM MED.	Tipo
Banco		
Agência	0	Conta Corrente
E-mail		0
		Telefone



http://200.150.137/mmreguladora/clientes/index\_menu.php



## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

10-  
0

**Outorgante:** Gilma da Silva, brasileira,  
portador (a) do CPF nº  
039.937.084-66 residente e domiciliado (a) no(a)  
Sítio Cajueiro, nº S/N, Zona Rural  
Pocinhos - PB, nomeia e outorga poderes ao

**Outorgado:** Bel. EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, Solteiro, OAB 16928/PB,  
podendo ser intimados na Rua Floriano Peixoto 4510, Malvinas, nesta cidade de Campina  
Grande/PB, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula  
"ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA**  
**JUSTIÇA COM AÇÃO DPVAT**, junto à comarca de Pocinhos -  
PB, podendo os outorgados, confessarem, assinarem, desistirem, proporem acordo,  
receberem intimações, darem quitações, transigirem, apresentarem réplica, oposições,  
firmarem, apresentarem recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto  
bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar  
todo processo até o final do julgamento, representado ainda o outorgante, podendo ajuizar  
apelação criminal, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio  
Tribunal de Justiça do Estado da Pernambuco, podendo  
finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

### CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente instrumento as parte outorgante e outorgado  
firmam o presente contrato, onde o fica estabelecido que **honorários advocatícios**  
**sejam pagos na base de 20%, (vinte por cento) sobre o valor bruto da**  
**condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos**  
**honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente contrato,**  
**nos termos do Art. 22, § 4º, da Lei 8.906-1994. Nada mais a constar lavro o**  
**presente que vai por todos devidamente assinado para que surta seus**  
**jurídicos e legais efeitos.**

Pocinhos - PB - , em    /    /2015.

Outorgante: Gilma da Silva

\* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994,  
que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

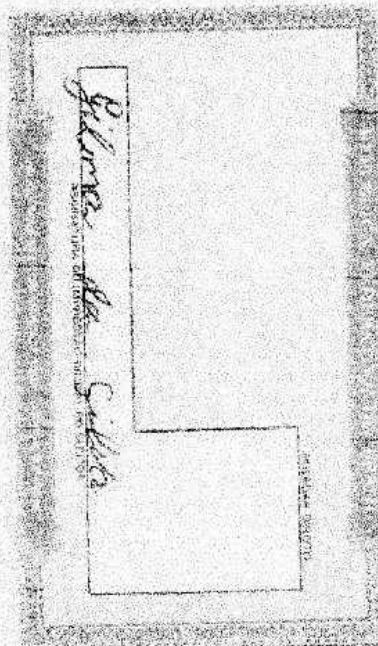
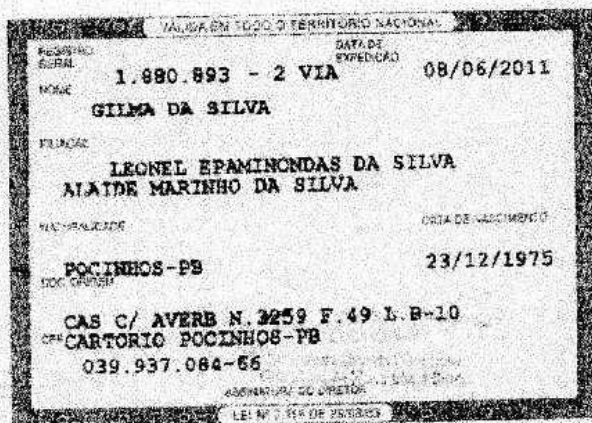
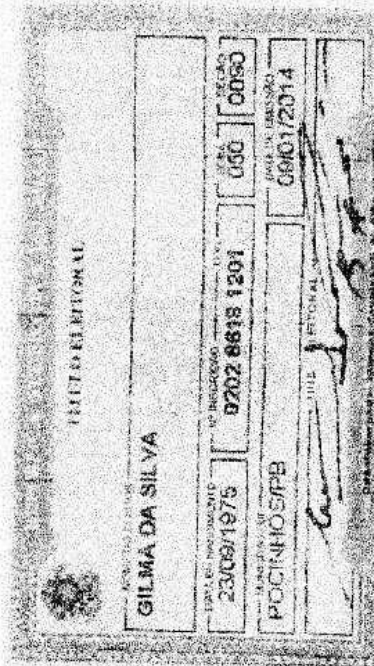
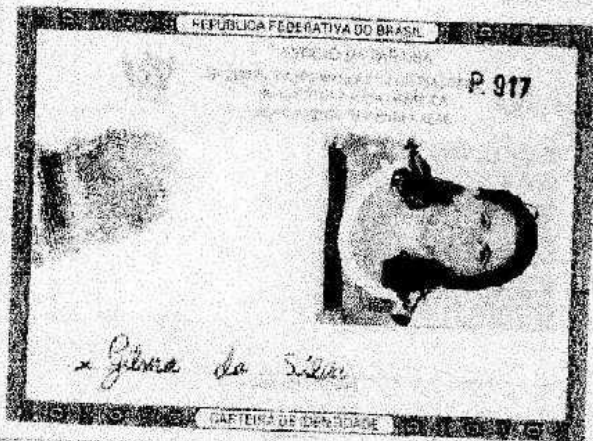
Sr(a) Gilmia da Silva, portador de  
Brasileiro (a),  
RG nº. 1.880.893, CPF nº. 039.937.084-66 podendo ser  
intimado(a) no(a) Sítio Cajueiro, n: 511 Zona Rural

na cidade de Pocinhos Estado da  
Paraíba. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é  
pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas  
processuais, na Ação Cobrança c/c Reparação de Danos Materiais, na Comarca de  
Pocinhos. Afirma ainda ser conhecedor das sanções  
penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina  
o presente.

Pocinhos - PB, em    /    / 2015

x Gilmia da Silva  
Declarante





ALACIO MARINHO DA SILVA  
RUA CAJUEIRO, 685 - AREA 1000  
POUNHOA, PB CEP 51400-000 (PB)

ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
RUA 15 de Novembro, 100 - JARDIM REFORMA  
CURITIBA, PR CEP 81250-000

ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
RUA 15 de Novembro, 100 - JARDIM REFORMA  
CURITIBA, PR CEP 81250-000

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/1675117-4

Dez/2014

Canal de contato

Apresentação

09/12/2014

Data prevista da próxima leitura

10/01/2015

CPS/ CNPJ/ RANI  
1210274483

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
10/11/14	319	09/12/14	365	26
Faturas em atraso				
10/11/2014	35,30			
10/12/2014	15,80			
Demonstrativo				
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)	
Consumo em kWh	40	0,45	18,00	
IMPOSTOS E ENCARGOS				
ITR			0,27	
COFINS			1,07	
ICMS (15%)				

Histórico de Consumo  
(kWh)

Nov/14	65
Out/14	46
Set/14	46
Ago/14	46
Jul/14	54
Jun/14	77

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

16/12/2014

R\$ 18,47

Indicadores de Qualidade

Limite da ANEEL	Aparado	Limite de Tensão (V)
COMENSA	12,40	100,00
SEM TENSÃO	12,40	100,00
COMENSA	49,10	100,00
COMENSA	17,10	100,00
COMENSA	34,10	100,00
COMENSA	12,40	100,00
COMENSA	12,40	100,00

Descrição	Valor (R\$)	%
Consumo em kWh	18,00	97,45
ITR	0,27	1,46
COFINS	1,07	5,89
ICMS (15%)		
TOTAL	19,34	100,00

Nota: O valor pago é o valor devido de acordo com o valor de consumo.

ATENÇÃO

RECEBEMOS (Cópia autenticada) dos dados transmitidos em tempo real pelo sistema de medição e controle de qualidade da rede elétrica. O pagamento desta fatura é condicionado à prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, conforme a legislação em vigor. O valor devido é o valor da fatura emitida, acrescido dos impostos e encargos legais. Este valor deve ser pago até a data do vencimento, sob pena de incidência de juros e multa por atraso no pagamento. Para mais informações, consulte o site da ENERGISA ou ligue para o 0800 083 0196.

PAGAR

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

16/12/2014

R\$ 18,47

R\$ 18,47





GOVERNO DO ESTADO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO  
CAMPINA GRANDE-PB - Catolé - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300

OCORRÊNCIA Nº 005524/15

### CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 005524/15 registrada em 07/08/2015, que passo a transcrever na íntegra: Aos sete dias do mês de agosto do ano de 2015, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente o Bel. CRISTIANO DOS SANTOS SANTANA, Delegado de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 23:51 horas, compareceu a Sra. GILMA DA SILVA, com 0 ano de idade, filha de LEONEL EPAMINONDAS DA SILVA e ALAIDE MARINHO DA SILVA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de POCINHOS - PB, Casada, escolaridade Fundamental Incompleta, portadora da Cédula de Identidade Nº RG 1. 880.893 PB, expedido pela SSP-PB, residindo à rua SÍTIO TAMBOR, bairro SÃO JOSÉ DA MATA/PB, na cidade de Campina Grande - PB.

#### Declarou que:

NOTÍCIA que, por volta das 19h13 do dia 12/11/2014, trafegava com a MOTOCICLETA HONDA NXR 150 BROS ES; DE COR VERMELHA; DE ANO/MODELO 2008; DE PLACA MNQ-0511/PB; DE CHASSI 9C2KD03308RD31338; EM NOME DE GIVANICE RODRIGUES TITO, em destino a uma padaria quando, na Rua José M. Leão, em São José da Mata, foi surpreendida por um CACHORRO que passou em sua frente e a obrigou a fazer uma manobra inesperada, perdendo, então, o controle do veículo. Informa que, em razão de tal manobra, caiu ao solo, sofrendo fratura no antebraço direito e escoriações pelo corpo. Informa que foi socorrida por populares para o Hospital de Traumas de Campina Grande, onde foi atendida, conforme FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL em anexo. Apresenta como TESTEMUNHAS as pessoas de EMANOEL MESSIAS SZANTOS residente na Rua Pedro Francisco do Nascimento, 162 - Malvinas/PB e RODRIGO DA COSTA MIRANDA (Residente no Sítio Tambor - São José da Mata/C. Grande/PB) Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou fé.

Campina Grande, Sexta-feira, 7 de Agosto de 2015

GILMA DA SILVA

Declarante

CICERO DIAS

Escrivão



FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

## Código da Unidade: 0023671 CNPJ: 08.773.268/0001-50

Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Município: CAMPINA GRANDE Estado: PARAIBA UF: 25

Nome: GLIMA DA SILVA Sexo: FEMININO Idade: 21

Endereço: 0. CA. JUREIRO Ba. 70 ZONA RURAL

Data Atendimento: 02/01/2014 10:13h Código do Município: 251200

11 - BRANCA	12 - PRETA	13 - PARD
14 - AMARELA	15 - VERDE	16 - SEM INFORMAR

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:

1800-1801

And the first of these is the fact that the

$$p = \frac{1}{2} + \frac{1}{2} \sqrt{1 - 4\alpha} \quad \text{for } \alpha \leq \frac{1}{4}$$

\_\_\_\_\_

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

2.  $\frac{7}{8} \times \frac{9}{10} = \frac{63}{80}$

4. \_\_\_\_\_

DIAGNOSTIC TESTS

Figure 1. A schematic diagram of the experimental setup. The subject is seated in a chair and views the screen through a mirror. The screen displays the target (a red dot) and the starting position (a green dot). The subject's hand is positioned at the starting position. The distance between the starting position and the target is 10 cm. The subject is instructed to move the hand from the starting position to the target. The movement is recorded by a video camera. The data are analyzed using a computer program.

://pje.tipb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19

DATE OF SUBMISSION: 10/01/2016 10:00:00 AM

**NATURALIA DA CONGUELA**

Consulta Especializada

9. H. ...

*[Faint handwritten notes at the bottom of the page]*

— 15 —

01-URGÊNCIA

☐ 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU SEU DESENVOLVIMENTO:☐ 08 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTES DE TRÁNSITO.

MEDICAÇÃO	ENCAMINHAMENTO
-----------	----------------

☐ 02 - APPLICAZIONE ☐ ENTRO-HOSPITAL ☐ (911) ☐ c

SERVIZIO RENDENDO:	ESIG.	DATA
COLOGIO PER EDIMENTO	580	04/01/2010

102 7 1961 24 7 1961 12

[illegible]

ASS. DO(S) PROFESIONAL(A)S/ASSISTENTE(S) - CARME(S)

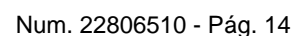
ASS DO PACIENTE, ACOMPANHANTE DO RESPONSÁVEL - OU DELEGAR DIREITO

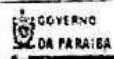
ABS DO REVISOR TECNICO (CARIMBU)

© 2006 The Authors  
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd

[Downloaded from ascelibrary.org by University of California, San Diego on 06/01/15](#)

07/2019 10:10:27 Num





SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE: GILMA DA SILVA

DATA DO EXAME: 12.11.2014

RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO/COTOVELO

- Luxação das articulações do cotovelo (úmero-radial e úmero-ulnar).
- Fragmento ósseo adjacente ao epicôndilo lateral (fratura/destacamento ósseo? Calcificação de partes moles?)
- Fratura da metáfise distal do rádio, sem desvio significativo.

46

RADIOGRAFIA DE FACE

- Não há sinais de fraturas desalinhadas nas estruturas ósseas analisadas pelas presentes incidências.

Dr. Arthur José Ventura  
CRM/PB: 6481

Dr. Minam Albino  
CRM/PB: 6435

Dr. Marcela Farias  
CRM/PB: 6550

Dr. Rafael Borges  
CRM/PB: 6485

Dr. Ramoniê Miranda  
CRM/PB: 6220

Dr. Roberto Maia  
CRM/PB: 6101



GOVERNO  
DA PARAIBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

### Ficha de Acolhimento

Nome:	Gilma da Silva		
End:	Rua São João	Bairro:	Pombal
Data de Nascimento:	20/01/76	Documento de Identificação:	
Queixa:	Lesão	Data do Atend:	12/11/14
		Hora:	19h
		Documento:	

### Classificação de Risco

Nível de consciência:	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Baixo	Aspecto:	<input checked="" type="checkbox"/> Calmo	<input type="checkbox"/> Fácies de dor	<input type="checkbox"/> Gemente
Frequência respiratória:							
Pressão arterial:							
Temperatura axilar:							
Umididade de HGT:							
Mucosas:	<input checked="" type="checkbox"/> Normocorada <input type="checkbox"/> Pálida						
Deambulação:	<input type="checkbox"/> Livre <input checked="" type="checkbox"/> Cadeira de rodas <input type="checkbox"/> Maca						

### Estratificação

- |   |  |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Vermelho - atendimento imediato | <input checked="" type="checkbox"/> Amarelo - atendimento até 1 hora |
| <input type="checkbox"/> Verde - atendimento até 4 horas            | <input type="checkbox"/> Azul - atendimento ambulatorial             |



17

#Cefepime

Receita atualizada com a seguinte  
 dose e volume. A seguir apresenta-se a  
 dose e volume.

Receita atualizada com a seguinte  
 dose e volume. A seguir apresenta-se a  
 dose e volume.

Receita atualizada com a seguinte  
 dose e volume. A seguir apresenta-se a  
 dose e volume.

PARCELA DE 4.000,00

Receita atualizada com a seguinte  
 dose e volume. A seguir apresenta-se a  
 dose e volume.

Receita atualizada com a seguinte  
 dose e volume. A seguir apresenta-se a  
 dose e volume.

Receita atualizada com a seguinte  
 dose e volume. A seguir apresenta-se a  
 dose e volume.

Receita atualizada com a seguinte  
 dose e volume. A seguir apresenta-se a  
 dose e volume.





## CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: Guarã Sim

DATA DO ATENDIMENTO: 11 / 11 / 14

N.º PRONTUÁRIO: \_\_\_\_\_ FICHA: \_\_\_\_\_

DIAGNÓSTICO: AVULSAO DO LIG. LIGAMENTO LATERAL

PROCEDIMENTO: DO LIGAMENTO (2)

MEDICO (CARIMBO): R. M. S. M. S. M. S.

DATA RETORNO	ESPECIALIDADE	TURNO	<del>DATA</del>
<u>15</u>	<u>ORTOPEDIA (R. M. S. M. S.)</u>		
<u>18/12/2014</u>	<u>ORTOP</u>	<u>M</u>	<u>7:00</u>



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA  
COMARCA DE POCINHOS - CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 11/07/2016 11 horas 56 minutos

Processo: 0000581-91.2016.815.0541

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 13500,00

Serie : 11

Autor : GILMA DA SILVA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

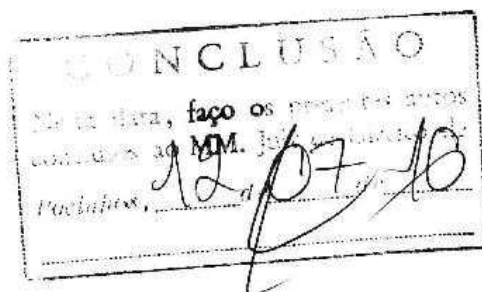
Vara : VARA UNICA DE POCINHOS

Juiz : ADRIANA MARANHÃO SILVA

Promotor: NOEL CRISOSTOMO DE OLIVEIRA

19  
0







ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE POCINHOS

DESPACHO

**Defiro ao(à) promovente a gratuidade da justiça**, em face da inexistência de fundadas razões para o indeferimento do benefício (Lei 1.060/50, art. 5º; NCPC, art. 99, §§ 2º e 3º), esclarecendo que ele compreende todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias (Lei 1.060/50, art. 9º, c/c NCPC, art. 98, § 1º).


É bem verdade que, com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, o réu não mais é citado para oferecer resposta, mas para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação (NCPC, art. 334).

Todavia, é de conhecimento deste Juízo que a promovida não vem celebrando acordos, de forma que se afigura desnecessária e mesmo desaconselhável, por se tratar de ato ineficiente (CF, art. 37) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (CF, art. 5º, inciso LXXVII), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera a sua realização.

Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar da própria audiência de instrução (NCPC, art. 359), motivo pelo qual não vislumbro prejuízo às partes.

Diante do exposto, **cite-se a promovida para apresentar resposta, num prazo de 15 (quinze) dias.**

Pocinhos, 13 de março de 2017.

  
Luiz Gonzaga Pereira de Melo Filho  
Juiz de Direito Substituto





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE POCINHOS  
FÓRUM DES. LUÍS SILVIO RAMALHO JÚNIOR  
FONE: ( 0xx83 ) 384-1344 ■

## CARTA DE CITAÇÃO

Em 26 de outubro de 2017

**AÇÃO : Demarcação/Divisão**

**PROCESSO: 0000581-91.2016.815.0541**

**AUTOR: Gilma da Silva**

**RÉU: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro**

De acordo com o que dispõe o art. 222 e seguintes do CPC e de ordem do Juiz de Direito, **C I T A a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A., por seu Representante Legal**, para, querendo, contestar a ação e especificar as provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do CPC, de forma que, se o réu não contestar a ação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor na petição inicial cuja cópia segue anexa. Procede a presente citação em conformidade com a decisão do Juiz exarada a fl. 68 dos autos da ação em epígrafe e cujo teor, segue em anexo.

Atenciosamente,

  
Analista/Técnico Judiciário

Ao Sr.

**Representante Legal da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

**Av. Treze de Maio - Condomínio Edifício Darke - 2º andar**

**20.031-902**

**Rio de Janeiro - RJ**





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE POCINHOS  
FÓRUM DES. LUÍS SILVIO RAMALHO JÚNIOR  
FONE: ( 0xx83 ) 384-1344 ■

22-9

Proc. 0000581-91.2016.815.0541

### CERTIDÃO

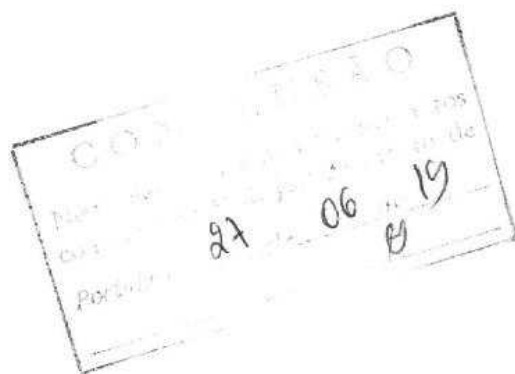
devolução do AR. CERTIFICO, que até a presente data não houve

O referido é verdade, dou fé.

Pocinhos, 25 de Junho de 2019.

  
**Fabíola Nobrega Fialho**  
Técnica Judiciária







**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE POCINHOS**

**Processo nº:** 0000581-91.2016.815.0541.

**DESPACHO**

**Vistos etc.**

Diante da necessidade de digitalização dos processos físicos por parte deste Juízo, como também do fato deste processo se encontrar concluso no gabinete,

**DETERMINO** a devolução dos autos ao cartório para que seja digitalizado.

Após a digitalização, venha-me concluso.

**Cumpra-se.**

Pocinhos – PB, 16 de julho de 2019.

**Carmen Helen Agra de Brito**  
Juíza de Direito





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**ESTADO DA PARAÍBA**

---

**Vara Única de Pocinhos**

Rua Prof. João Rodrigues, S/N, Centro, POCINHOS - PB - CEP:  
58150-000

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0000581-91.2016.8.15.0541**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: GILMA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0000581-91.2016.8.15.0541** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

POCINHOS, 7 de setembro de 2019.

FABIOLA NOBREGA FIALHO  
Chefe de Cartório



EM ANEXO:





EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO VARA CIVEL  
DA COMARCA DE POCINHOS -PB.

**PROCESSO: 0000581-91.2016.8.15.0541.**

AUTOR: GILMA DA SILVA.

RÉU: SEGURADORA LIDER

DOUTO JULGADOR,

**GILMA DA SILVA**, já devidamente qualificados nos autos que tramita perante este Douto Juízo, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante V. Exa., expor e ao final expor o seguinte:

Informa a parte autora ter conhecimento que os autos passaram a tramita no sistema PJE, o que dará com certeza maior celeridade .

**Aduz o promovente que nos autos se faz necessário a produção de prova pericial, conforme disciplina o art. 31, II da Lei nº 11.9454/2009.**

Requer ainda a juntada de substabelecimento em anexo.

***Nestes termos,***

***Pede deferimento.***

Campina Grande-Pb, em 24 de abril de 2020

Emmanuel Saraiva Ferreira

- OAB/PB 16.928-



## SUBSTABELECIMENTO

**Emmanuel Saraiva Ferreira**, brasileiro, solteiro, advogado, com OAB/PB 16.928, residente no Condomínio Fazenda Imperial, s/n , Cascavel-CE, neste ato, **Substabeleço**, sem reservas de poderes o mandato outorgado pela parte autora em favor do **Bel. WAMBERTO BALBINO SALES**, brasileiro, advogado, com CPF nº 282.131.144-34, com OAB/PB 6846, podendo ser intimado na Rua Floriano Peixoto nº 4519, Malvinas, Campina Grande-PB, cuja demanda tem como numero de **PROCESSO: 0000581-91.2016.8.15.0541**, AUTOR: GILMA DA SILVA, -lide que tramita perante a Comarca de POCINHOS-PB, podendo o causídico praticar peticionar, requerer, firmar e dar quitação, patrocinar a defesa do outorgante doravante, visto que, o subscritor, passou a instalar residência na cidade de Cascavel-CE, onde fica impossibilitado de dar implemento aos atos da demanda. Devendo todas as intimações serem dirigidas ao advogado que esta subscreve sob pena de nulidade da intimação. Nada mais a constar lavro o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Cascavel, CE, em 02 de abril de 2020.

**Emmanuel Saraiva Ferreira**

-OAB/PB 16.928-







## PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA

### VARA ÚNICA DA COMARCA DE POCINHOS

---

**Processo:** 0000581-91.2016.8.15.0541

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**Assunto:** [Seguro]

**AUTOR:** GILMA DA SILVA

**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

---

### **DESPACHO**

Trata-se de ação de cobrança proposta por **GILMA DA SILVA**, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, conforme narra a inicial.

Deferida a gratuidade judicial e determinada a citação da parte ré, ID nº 22806510.



Certidão informando a não devolução do Aviso de Recebimento - AR, até o momento, ID nº 22806510 - Pág. 22.

Comunicação processual ao sistema PJe, ID nº 24216578.

Pela parte autora, foi requerida a produção de prova pericial, ID nº 30146656.

Autos conclusos.

Inicialmente, constato que o despacho de ID nº Num. 22806510 - Pág. 20 foi proferido no dia 13 de março de 2017, vindo a certidão cartorária de ID nº Num. 22806510 - Pág. 22 a ser fornecida em 25 de junho de 2019. Portanto, em período bastante posterior ao comando judicial. **Assim, determino que a escrivania seja mais diligente no cumprimento dos atos judiciais, objetivando dar maior celeridade aos feitos.**

No mais, considerando o teor da certidão supramencionada, **DETERMINO:**

**I - Proceda com a expedição de novo mandado citatório, com urgência;**

**II - Apresentada contestação, intime-se a parte autora para impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias - arts. 350 e 351, do CPC;**

**III - Decorrido o prazo, com ou sem impugnação, considerando que a parte autora já se manifestou solicitando a realização de perícia - Id. Num. 30146656 - Pág. 1- intime-se apenas o réu para, nos prazos de 10 (dez) dias, especificar, de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõe a custear e produzir. No mesmo ato, advirta-se as partes que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes;**

**IV - Se houver a juntada de novos documentos, intime-se a parte adversa para sobre eles se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 437, § 1º c/c art. 183);**

**V - Se for requerida a produção de algum outro tipo de prova (ex: testemunhal, pericial, etc), tragam-me os autos conclusos para decisão;**

**VI - Se nada for requerido, tragam-me os autos conclusos para SENTENÇA.**

**VII - Caso transcorrido o prazo, sem apresentação de contestação, desde logo, DECRETO a revelia, determinando o cumprimento do item "III" e seguintes;**

**VIII - Defiro o substabelecimento de ID nº Num. 30146656 - Pág. 2, observe a escrivania acerca das correções necessárias no sistema.**

Pocinhos/PB, data e assinatura eletrônicas.

**CARMEN HELEN AGRA DE BRITO**



**Juíza de Direito**

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

